

As aulas de leitura e escrita em Sergipe para meninas, na passagem do século XIX e XX

Resumo

Este estudo tem como intenção investigar os materiais escolares utilizados no ensino da leitura e da escrita de meninas, principalmente na passagem do século XIX para o século XX: livros, cartilhas, lápis, penas, traslados, cadernos de caligrafia, lousas de ardósia, entre outros. O estudo fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da História da Educação, utilizando principalmente as categorias de representação e apropriação de Roger Chartier e cultura material escolar de Rosa Fátima de Souza. As primeiras aulas públicas de primeiras letras para meninas em Sergipe iniciaram seu funcionamento em 1831, cumprindo as exigências determinadas pela Lei Imperial de 1827. A expansão destas primeiras aulas foi gradual e, no final do século XIX, as escolas particulares para meninas dividiam a função de educação das jovens com as aulas públicas femininas e mistas. No ano da Proclamação da República, Sergipe já contava com 172 escolas de primeiras letras, sendo 78 masculinas, 20 femininas e 74 mistas. No início da década de 1920, seis grupos escolares estavam em funcionamento na cidade de Aracaju, atendendo alunos e alunas. A modernização da escolarização primária feminina em Sergipe aconteceu aliada à criação e expansão dos grupos escolares não apenas na capital, mas também no interior do Estado. A medida, além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras no restrito ambiente da sala de aula. Espera-se contribuir para elucidar alguns dos dispositivos das práticas da educação feminina em Sergipe, no período pesquisado.

Palavras-chave: Educação feminina; História; Sergipe.

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Brasil
anagbueno@uol.com.br

Milena Cristina Aragão

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe – UFSE – Brasil
mi.aragao@yahoo.com.br

Para citar este artigo:

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; ARAGÃO, Milena Cristina. As aulas de leitura e escrita em Sergipe para meninas, na passagem do século XIX e XX. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 85 – 103, jan./abr. 2015.

DOI: 10.5965/1984723816302015085

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723816302015085>

The classes for reading and writing in Sergipe for girls, in the passage of the 19th and 20th century

Abstract

This study intent to investigate the educational materials used in teaching of reading and writing of girls mainly in passage of the 19th century, to the 20th century: books, pencils, calligraphy books, among others. The study is based on theoretical-methodological assumptions of Cultural History and the History of Education, using mainly the categories of representation and ownership of Roger Chartier and material culture school of Rosa Fatima de Souza. The first public classes of first letters for girls in Sergipe started its operation in 1831, fulfilling the requirements determined by Imperial Law of 23 december 1827. The expansion of these first classes was gradual and at the end of the 19th century, the private schools for girls splintered the function of education of young people with the public classes female and mixed. In the year of the Proclamation of the Republic, Sergipe already counted with 172 schools first letters, being 78 male, 20 female and 74 mixed. In the early 1920s, six school groups were in operation in the city of Aracaju. The modernization of the female primary schooling in Sergipe happened allied with the creation and expansion of school groups not only in the capital, but also in the interior of the State. The measure, in addition to increasing the access of girls to public education, allowed more space for the exercise of the magisterium. Expected to contribute to elucidate some of the devices of the practices of women's education in Sergipe, researched period.

Keywords: Woman education; History; Sergipe.

Apresentação

Este estudo tem como intenção investigar os materiais escolares utilizados no ensino da leitura e da escrita de meninas, principalmente na passagem do século XIX para o século XX: livros, cartilhas, lápis, penas, traslados, cadernos de caligrafia, lousas de ardósia, caixas de areia, entre outros.

A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da História da Educação, utilizando principalmente as categorias de representação e apropriação de Roger Chartier (1990) e cultura material escolar de Rosa Fátima de Souza. As fontes privilegiadas foram: mensagens de presidentes de província e Estado; registros de festas escolares na imprensa; anúncios, entre outros.

A oferta restrita de escolas públicas para meninas no século XIX contribuiu para consolidar práticas de educação doméstica e de preceptoria, além da instalação de colégios particulares, confessionais e laicos, principalmente na segunda metade dos anos 1800 em diferentes cidades da província sergipana.

A modernização da escolarização primária feminina em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, aconteceu aliada à criação e expansão dos grupos escolares não apenas na capital como também, no interior do estado. A medida, além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras.

A cultura material escolar: questões teóricas e metodológicas

A produção de pesquisas em História da Educação no Brasil tem se diversificado muito nos últimos 20 anos, não somente em termos teórico-metodológicos, mas também com a inclusão de novas temáticas que começam a preocupar os pesquisadores. Nos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação e dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, podem-se encontrar diversos trabalhos vinculados com a pesquisa acerca da cultura escolar e da cultura material escolar. Como indica Margarida Louro Felgueiras:

Considerar o conteúdo objectivo da cultura escolar é ter em conta quer o seu carácter simbólico e normativo quer as suas actividades concretas, os meios e os processos de as desenvolver, decorrentes das metas traçadas e do interesse do estudante. É neste campo assim delimitado que emerge o que temos designado por ‘cultura material escolar’. Com este termo, oriundo da arqueologia, do materialismo histórico, recuperado pela Nova História Francesa e agora deslocado para o campo educativo, pretendemos reintroduzir a atenção aos factos repetitivos do quotidiano, no que representam estruturas relativamente estáveis, que enquadram as acções dos actores e de que estes, muitas vezes não tomam consciência. A cultura, neste contexto, é definida como “conjunto de resultados materiais, fruto de acções distintas inspiradas por uma mesma tradição”. (FELGUEIRAS, 2010, p. 27)

A investigação da cultura material escolar, para além de apenas inventariar objetos antigos, e em desuso, prevê a possibilidade de construir relações possíveis entre os objetos pesquisados, o cotidiano escolar, e os projetos formativos relacionados com eles. Na ausência dos objetos “em si”, o registro sobre a existência deles, quer através de documentos oficiais ou da investigação das memórias dos sujeitos envolvidos com esses objetos, ex-alunos e ex-professores da instituição pesquisada serão muito úteis.

Neste sentido, é importante ressaltar a ampliação da noção de documento, empreendida por Le Goff (2003), de “procurar saber”, “informar -se”, e nesta busca pela informação, as fontes impressas são importantes ferramentas à escrita da História:

Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também saber desmistificá-lo. Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade. (LE GOFF, 2003, p.110)

Le Goff reafirma que “a palavra documento pode ser tomada no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (2003, p. 531). Não apenas no suporte papel, mas em outros objetos, tridimensionais, inclusive, pode-se evidenciar aspectos da História vivenciados pelas gerações passadas.

A diversidade de fontes que se pretende analisar neste estudo tem como fundamento a reflexão de Le Goff, acerca da possibilidade de compreensão da História através de documentos/monumentos. De acordo com Le Goff, “só a análise de um documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (2003, p. 536).

Rosa Fátima de Souza (2000, p.7) salienta que “a investigação histórica da cultura escolar compreende um amplo e renovado programa de pesquisa, do qual emergem e entrecruzam-se outros campos de investigação e temáticas, tais como: a história da leitura, das disciplinas escolares, do currículo, da profissionalização docente, da alfabetização, dos métodos de ensino”, entre outros.

A partir destas concepções e das fontes pesquisadas priorizamos perceber como a cultura escolar aparece representada e apropriada. A representação permite, segundo Chartier:

articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, classe ou da comunidade.” (CHARTIER, 1990, p. 23)

A escolha da instituição escolar para a educação das jovens sergipanas se construiu nas primeiras décadas do século XX, de forma estratégica, visando inculcar padrões de formação, valores e saberes que produziam e eram produzidos por representações do ideal de “moça prendada” naquele período.

Para este estudo, torna-se importante perceber não apenas a existência e utilização dos diferentes dispositivos da cultura material escolar, mas também em que medida esses objetos favoreceram o processo de apropriação de modelos formativos, de práticas renovadoras ou não, no período investigado. Segundo Chartier “a apropriação

tal como a entendemos visa a uma história social dos usos e das interpretações, relacionada às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (2002, p. 68).

As especificidades das investigações no campo da História da Educação se devem, não apenas à temática, mas também à metodologia adotada, à forma de analisar as fontes localizadas, bem como à fundamentação teórica.

Antonio Viñao Frago (1998) esclarece que a cultura escolar é composta pelo:

Conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização. Inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais -, função, uso distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... – e modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas. (FRAGO, 1998, p. 12)

Entende-se que para compreender a cultura escolar, proposta por Viñao Frago, a investigação da cultura material escolar se faz necessária, mesmo que de forma indiciária, uma vez que para períodos mais remotos da História da Educação a dificuldade de localização dos vestígios materiais é mais complexa. Assim, espera-se com este estudo elucidar elementos e dispositivos da materialidade da educação feminina sergipana, na passagem do século XIX para o século XX.

O ensino para meninas em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX

Em Sergipe, as primeiras aulas públicas de primeiras letras abertas para meninas surgiram em 1831, nas cidades de São Cristóvão, Estância, Laranjeiras e Propriá. Em 1834, funcionavam 29 escolas de primeiras letras, das quais 25 eram masculinas e 4 femininas. No tocante ao ensino secundário, funcionavam, neste mesmo ano, 12 aulas públicas que atendiam apenas aos alunos homens (NUNES, 1984, p. 47). O ensino secundário era voltado para a preparação dos alunos aos exames de acesso às Academias Imperiais.

Estas não permitiam o acesso das mulheres.

O ensino primário público feminino em Aracaju, segundo Calazans (1949/1951, p. 109-112) tem início com a implantação das cadeiras de primeiras letras para meninas. Segundo o citado autor, “três cadeiras foram criadas e se mantiveram com real aproveitamento”. A primeira delas iniciou seu funcionamento em 1855, tendo como primeira professora Josefa Maria Trindade (esta cadeira foi visitada pelo Imperador, em 1860), que foi a única a receber meninas até 1868, quando foi criada a segunda cadeira provida pela Professora D. Ana Saturnina de Rezende Mundim. A terceira surgiu em 1870, ocupada pela Professora Francina da Glória Muniz Teles.

Josefa Maria Trindade e D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança (esta última fundadora do Colégio N. S. Sant’Anna, em Laranjeiras, em 1848) foram destacadas, nos registros de Calazans:

é justo ressaltar que a professora de Aracaju, como também a D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança e algumas outras destacadas figuras do magisterio feminino contribuem, relevantemente, para o relevamento do nível do preparo intelectual da mulher sergipana do século passado. (CALAZANS, 1949/1951, p. 110)

Em 1860, em Sergipe, existiam 66 escolas públicas de primeiras letras, 23 femininas e 43 masculinas, que atendiam a um total de 2.636 alunos. As escolas particulares de primeiras letras eram 10 e atendiam 423 alunos, mas apenas uma delas era feminina. Em 1870, estavam em funcionamento, no Brasil, 2602 escolas públicas de primeiras letras, enquanto que em Sergipe eram 100, das quais 69 masculinas e 31 femininas (NUNES, 1984, p. 99-106).

Ao longo das últimas décadas do Império, o crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas no mesmo período favoreceram o acesso das meninas e jovens aos bancos escolares, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais (LOURO, 1997, p. 446). Serem

boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente construído para elas, que exigia uma moral sólida e bons princípios.

O discurso da implantação das escolas mistas, realizado pelo poder público, era:

veemente e estratégico: veemente, na afirmação do caráter imprescindível e da urgência dessa inovação para a rede escolar pública; estratégico, quando mesmo reconhecendo a importância desta inovação, a propôs apenas para os lugarejos e os locais marginais na estrutura hierárquica de escolas públicas. (LOPES, 1999, p.96)

No caso do Piauí e de Sergipe, como em outras províncias, a coeducação nas cadeiras do ensino primário, como medida de economia, foi um fator preponderante para a opção pelas professoras e conseqüente “expulsão dos homens dessa ocupação”, tendo como fundamento “a construção do ideal de professora como um misto de mãe afetuosa e moralizadora oficial, além também, de que com elas poderia se rebaixar ainda mais os salários da profissão” (LOPES, 1999, p.100).

No tocante ao ensino secundário, no Brasil e em Sergipe, os colégios privados de orientação laica ou religiosa tiveram papel relevante nas últimas décadas do Império. Sem estarem sujeitos, inicialmente, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional pela adoção de modernas técnicas de ensino, pelo impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas. As jovens que frequentavam estes colégios, como alunas internas ou semi-internas, objetivando ampliar seus estudos, recebiam um programa diferenciado, com seus currículos organizados de forma a atender o desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas (RIBEIRO, 1996, p. 164). O ensino de Música, Línguas Estrangeiras e Trabalhos Manuais era bastante valorizado. Estas instituições não viam a necessidade de prepará-las para os cursos superiores, ainda considerados impróprios para as mulheres no final do Império.

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a a modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. Novas exigências são colocadas para as mulheres, que desde jovens devem ser preparadas para assumir o papel de educadora no lar. Os discursos liberais

insistiam na escolarização primária da mulher e valorizavam como campo de atuação feminina o espaço doméstico.

O acesso à escolarização considerado uma conquista principalmente para as mulheres, pode ser compreendido também como distinção. Segundo Bourdieu,

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a ‘distinção’ – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem ‘como cultura’ [...] a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes. (BOURDIEU, 1974, p. 221)

Associada à educação familiar, frequentar um colégio de prestígio possibilitava novas dimensões de aprendizagem, estabelecidas no contato com outras jovens e com os professores.

No ano da Proclamação da República, Sergipe já contava com 172 escolas de primeiras letras, sendo 78 masculinas, 20 femininas e 74 mistas. Em relação ao número de alunos atendidos, percebe-se que a presença das alunas já corresponde quase à metade do total dos alunos atendidos: as meninas eram 2.550, os meninos eram 2.569, totalizando 5.119 matriculados (NUNES, 1984, p. 158).

Apesar de a coeducação ser condenada durante toda a Primeira República por muitos educadores e legisladores, geralmente baseados em argumentos morais, tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acabou sendo adotada muito mais por questões econômicas e em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes. A medida, além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras no restrito ambiente da sala de aula.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, observamos a ampliação das

oportunidades de escolarização para crianças e jovens em Sergipe. O ensino público, a partir do final da década de 1920, com a criação dos grupos escolares na capital e no interior, iniciou um processo de consolidação.

As Mensagens Presidenciais e Governamentais do início do século XX, em sua maioria, relatavam aspectos relacionados aos estabelecimentos públicos de ensino, como reformas na estrutura física, compra de equipamentos e material didático, contratação e nomeação de docentes, alterações na estrutura curricular ou mesmo na duração dos cursos, entre outros. Iniciavam-se geralmente ressaltando as mazelas do ensino local, reclamando da falta de recursos e terminavam mostrando que, apesar de todas as dificuldades, ainda foram possíveis grandes realizações.

Nesses textos, foram recorrentes as críticas à política de apadrinhamento dos professores, que são nomeados por indicação, sem muitas vezes possuírem as qualificações necessárias e, além disso, a falta de compromisso dos docentes com o “nobre sacerdócio do magistério”.

As matrículas nas aulas públicas, no ano de 1900, totalizavam 7023 alunos, sendo a frequência média de 4682 alunos. Em relação à divisão por sexo, pode-se dizer que era praticamente equivalente: as matrículas do sexo masculino eram 3357 e as do sexo feminino eram 3666. Sobre a frequência os dados são os seguintes: 1767 alunos e 2915 alunas. Nas aulas particulares, neste mesmo ano, foram matriculados 290 alunos, dos quais 208 do sexo masculino e 82 do sexo feminino (Mensagem do Presidente Olímpio Campos, 1900, p. 9-10). Alguns indicativos desta Mensagem merecem destaque: o número elevado de escolas mistas regidas por professoras, tendência já comentada anteriormente; maior matrícula e maior frequência proporcional das alunas em relação aos alunos e a importância das aulas particulares no tocante à educação feminina. Ressalta-se que é bem provável que muitas escolas particulares não tenham enviado seus registros para serem contabilizados pela Diretoria da Instrução Pública.

Em 1903, o Presidente do Estado Josino de Menezes (1903) apresentou alguns argumentos oficiais em relação à existência das cadeiras mistas:

É muito mais razoável que uma professora ensine meninos até a idade de oito anos, do que um professor meninas de qualquer idade. [...] A população escolar feminina superabunda e prepondera: d’ahi a razão das escolas mixtas, que não obstante, se há entendido por escolas simultaneas ou promiscuas, onde o ensino não é alternado em duas sessões diarias – uma para meninas e outra para meninos. Não devendo ficar as escuras povoados de crescida população escolar, o Governo mantéem taes escolas. Entretanto, devido as condições financeiras do Estado, quantos povoados carecem de escolas publicas! (Mensagem do Presidente Josino Menezes, 1903, p.15)

Em termos da ampliação do ensino público primário, o Presidente Josino Menezes (1903, p. 20) indicava os seguintes dados: 197 aulas sendo 86 do ensino misto, 56 do sexo feminino e 55 do sexo masculino, distribuídas pelo Estado da seguinte forma: 22 nas cidades; 54 nas vilas e 77 em povoados. O total de matrículas nestas escolas foi de 6747 alunos, sendo 3247 do sexo masculino e 3500 do sexo feminino. A frequência não era apresentada dividida por sexo, mas apenas o total, de 4498 alunos. As matrículas na Escola Normal foram de 15 alunas no primeiro ano, 18 alunas no segundo ano e 35 no terceiro ano. No Atheneu estavam matriculados 106 estudantes.

A tendência observada anteriormente se mantém, apesar da diminuição do número de cadeiras públicas e da diminuição da diferença entre a matrícula dos alunos e das alunas. Não foram apresentados dados acerca da situação nos estabelecimentos privados. A diferença entre o número de matriculados e de alunos que frequentavam ainda era expressiva.

As representações sobre a educação e a escolarização feminina veiculadas nos jornais de Aracaju, no período investigado foram muito significativas, em especial os anúncios e os registros minuciosos das festas escolares realizadas no final do ano letivo. Estes últimos informavam não apenas a listagem nominal das alunas, como também o resultado do aproveitamento escolar, a composição da banca examinadora e os conteúdos ministrados durante o ano. Como uma “vitrine de talentos”, as jovens executavam peças musicais e declamavam poesias, além de apresentarem ao público os trabalhos manuais e as pinturas realizadas.

No Jornal “Correio de Aracaju”, no período de 1906-1908, no tocante à escolarização feminina, os anúncios das escolas femininas particulares dividiam espaço

com registros minuciosos das festas realizadas nestes estabelecimentos; identificamos escolas particulares femininas e mistas. Apareceram citados: o “Collegio Bôa Esperança” (instituição de ensino feminino, dirigido por Mariana Braga); o “Collegio Nossa Senhora de Lourdes” (internato e externato feminino, dirigido pela Irmã Thèophanes, da Congregação das Irmãs Sacramentinas); a “Escola Americana” (ensino primário misto, presbiteriano, dirigida por Jovina Moreira); o “Collegio Santa Cruz – internato e externato” (ensino primário misto, dirigido por Maria Madalena de Santa Cruz e Santos), “Escola Primária de Sergipe” (ensino primário misto – dirigido por Alexandre José Teixeira e sua esposa); “Collegio Nossa Senhora Sant’Anna” (dirigido por Quintina Diniz), “Externato Zizi Góes” (ensino primário e secundário feminino – dirigido por Balthazarina Góes, com o auxílio de seu pai, o Prof. Catedrático do Atheneu Balthazar Góes), todos estes localizados em Aracaju; e o “Internato Santa Cecília” (internato feminino, dirigido por Cecília Curvello), em Laranjeiras.

No início do ano civil, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, estas instituições publicavam anúncios sobre o início das aulas, o preço das mensalidades, descontos, as disciplinas ministradas, a forma de organização do currículo e características gerais de funcionamento das escolas.

No final do ano, eram noticiadas as festas escolares que antecediam as férias, momento de realização dos exames públicos orais e escritos, sob a coordenação de uma banca examinadora, formada por educadores ilustres da cidade, e autoridades governamentais e também espaço recreativo e sociocultural, onde as alunas apresentavam peças dramáticas e musicais, e representavam textos literários. Um dos pontos altos destas comemorações eram as exposições dos trabalhos manuais, com grande variedade de estilos, trabalhos em tricô, crochet, pinturas, flores artificiais, bordados, tapeçaria, rendas, entre outros. Como se observa no registro a seguir:

O Collegio dirigido pela illustrada educacionista D. Quintina Diniz, encerrou seos cursos d’este anno no dia 27 de novembro. As intelligentes e gentis matriculadas conquistarão de seus examinadores Desembargador Homero d’Oliveira, presidente dos actos intellectuaes, Dr. Alvaro Telles, D.Elisa Diniz, Professor Bricio Cardoso, Professor Manoel Francisco d’Oliveira e Professora Leonor Telles os grãos que se encontrão na relação a seguir. 5^ª classe – Portuguez, Arithmetica, Lições de Cousas e Historia Patria, Noções de Pedagogia de Sciencias Physicas e

Naturaes: Maria Dulce Telles de Menezes, Celia Cabral, Maria Espinheira Montalvão e Noemia França – distincção e louvor. 4.^a classe - Portuguez, Arithmetica, Lições de Cousas e Historia Patria: Lavinia de Oliveira Ribeiro, Maria Dagmar de Jesus, Maria Bomfim Lima, Carmem dos Santos, Arabela Bomfim Lima, Maria Amelia Barros, Djalma dos Santos e Arivaldo Coelho Machado – distincção e louvor. 3.^a classe - Leitura, Noções e Lições de Cousas: Aluizio da Costa Barros – distincção e louvor; Dalila Barreto – distincção e Esther Espinheira – plenamente. 2.^a classe: Leitura: Jovina Bomfim Lima – distincção e Renato Coelho Machado – plenamente. Classe Infantil: Leitura: Emila Bomfim Lima e Jacy dos Santos – plenamente. Concluidos os exames seguio-se uma grande festa de eloquencia e musica, que assim se descreve: Maria Dagmar de Jesus e Maria Amelia de Barros recitárão um dialogo saudando a instrucção. Todas as collegiaes cantárão um hymno de saudação ao trabalho e a patria, acompanhadas ao piano por Noelia Machado. Edson Ribeiro recitou um discurso digno de atenção. Petrina Ribeiro executou um trecho de musica ao piano. Celia Cabral disse uma poesia franceza, tocando em seguida ao piano Euryce Carvalho. Esther Espinheira proferiu um discurso, seguindo de musica por Maria Bonf im. Maria Espinheira Montalvão disse uma poesia franceza. Sylvia Ribeiro e Lavinia Ribeiro tocárão a quatro mãos, recitando depois uma poesia de Socrates Ribeiro. Beatriz Felisola Zucarino fez musica ao piano. Sylvia Ribeiro pronunciou um discurso sobre a educação da mulher, executando em seguida um trecho ao piano Noelia Machado. A festa terminou com o hymno da distribuición de premios, brilhando todos que n'ella tomárão parte. Houve grande e bem aprimorado jantar. Um verdadeiro banquete. Occupou a presidencia da mesa o Professor Bricio Cardoso. Á tarde Dulce de Menezes recitou ao piano uma poesia de despedida, Noelia Machado, tocou pedaços escolhidos, Emilia Bomfim cantou acompanhada por Petrina Ribeiro uma poesia cujo assumpto era os encantos da escola, Dalila Barreto cantou as saudades do collegio em um monologo, acompanhando-a ao piano Noelia Machado. Cheias de alegria, as collegiaes consumirão o resto da tarde brincando e dançando. Os seos folgares prolongárão-se até as onze horas da noite, quando saudosas reverterão aos seos queridos lares. Fechamos esta local, enviando á d. Quintina Diniz uma corôa civica formada pelas perolas de nossa admiração. D. Quintina é uma profesora que se destingue e destaca pela competencia pedagogica, delicadeza de methodo e amenidade de maneiras com que pacientemente infiltra as luzes de suas lições nas intelligencias das creanças e o perfume de suas virtudes nos corações dos pequenos anjos que cercão a sua cadeira magistral. A familia sergipana deve muito reconhecimento a tão digna e nobre senhora. (Correio de Aracaju, Sergipe, 1.^o de dezembro de 1907. Ano II, n. 111, p. 2, col. 5)

A listagem nominal das alunas e o aproveitamento dos estudos, os componentes curriculares avaliados, o detalhamento das apresentações culturais e da utilização de instrumentos musicais, bem como o elogio à diretora do estabelecimento, permitem

perceber, mesmo que de forma indiciária, aspectos da cultura escolar e material do Colégio Santana.

Na Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória (1910), não foi encontrada uma estatística detalhada como nas outras Mensagens citadas, mas foram feitas muitas referências à falta de recursos para melhorar o ensino no estado. Duas das necessidades prementes apontadas por ele eram a contratação “fora do Estado de pessoa competente que viesse remodelar o nosso ensino, atrasado em métodos, o que inutiliza em grande parte os esforços dos dedicados” (Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória, 1910, p.7-8) e a construção de grupos escolares ao menos na Capital.

Neste período de consolidação da República, a criação de grupos escolares estava vinculada à tentativa de renovação da escola primária, tendo em vista os ideais republicanos de democratização do acesso à leitura e à escrita, aspectos necessários e cada vez mais valorizados nas sociedades urbanas. São Paulo, neste período, representava a vanguarda do pensamento pedagógico brasileiro, como indicam os estudos de Souza (1998, p. 19-62), não só porque havia começado a criação dos grupos escolares ainda no final do século XIX, mas porque conseguiu implantar com sucesso iniciativas de educação popular de repercussão social e política.

Outra evidência sobre a importância que o estado de São Paulo, em termos de educação, exercia sobre Sergipe, neste período, pode ser percebida através do anúncio de livros educativos, produzidos por autores paulistas e de outros estados e comercializados em Aracaju, pela Livraria Brasileira:

A Livraria Brasileira acaba de receber variado sortimento de livros para instrução primária, todos adoptados em São Paulo e outros estados do Sul. São Livros que merecem bem o fim a que se destinam e com certeza o professor não os recusará em sua aula. 1.º, 2.º e 3.º livros de Leitura de Arnaldo Barreto e R. Puiggari a 1\$500; 2\$000 e 2\$500; 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º Livros de Leitura de João Cöpke (série Rangel Pestana) a 1\$500; 2\$000 (2.º e 3.º), 3\$000 e 4\$000; Livro de exercícios de João Ribeiro, organizados para servirem no curso elementar primario da Grammatica Portuguesa do auctor, 1\$200; Leitura Manuscrita, por B.P.R, 1\$500; Cartilha das Mães, por Arnaldo Barretto (primeiras letras, 1\$000); Cartilha Infantil por Arthur Thiré, \$500. Arithmetica dos Principiantes, por Arthur Thiré, 1\$500;

Geographia Elementar, por Arthur Thiré, 2\$000; Minha primeira viagem à volta ao mundo, com 222 gravuras, traduzido por Carlos de Laet, de leitura fácil e instructiva, 3\$500. Também temos sortimento de todos os livros para a instrução primaria e secundaria adoptados neste Estado. Fazemos grandes redução aos srs. Revendedores. Rua da Aurora, 65. Aracaju. (Correio de Aracaju, 13 de fevereiro. Ano III, n. 131, p. 3. col. 4)

Este mesmo anúncio se repetiu no “Correio de Aracaju”, em números subsequentes nos meses de fevereiro e março de 1908. É bem provável que o investimento feito pela Livraria Brasileira para comprar os livros citados no anúncio, teria como retorno a aquisição de alguns exemplares pelas famílias sergipanas, preocupadas com a boa formação de seus filhos, além da busca por revendedores para enviá-los para outras cidades do Estado. A referência ao estado de São Paulo e o apelo à adoção dos livros pelos professores sergipanos, indicam representações referente à modernização pedagógica fora e dentro de Sergipe.

Nas décadas de 1920 e 1930, alguns professores sergipanos foram enviados para São Paulo, a fim de conhecerem as novas experiências pedagógicas e aprimorarem seus conhecimentos para que, retornando a Sergipe, pudessem colocá-los em prática, entre eles: Abdias Bezerra, José Augusto da Rocha Lima e Penélope Magalhães dos Santos. Em seus relatórios de viagem eles se referem à compra de livros didáticos e outros materiais.

Em 1911, a Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória (1911, p. 50-51) ressaltava seus feitos, entre eles: a importação dos Estados Unidos de 500 cadeiras automáticas da American Seating Company; a limitação para contratação de professores para as cadeiras do ensino primário de normalistas formados na Escola Normal; o ensino primário obrigatório; transferência de professores; supressão de disciplinas do Atheneu e da Escola Normal; a criação de grupos escolares na capital e em outras cidades; e a contratação do Dr. Carlos da Silveira, professor paulista, para dirigir a Escola Normal e o Grupo Escolar Modelo. Sobre os grupos escolares, ele ressalta:

Fiz logo um grupo modelo na Escola Normal, representando o que de melhor se tem adoptado no ensino primario, sendo que as escolas isoladas hão de permanecer por não ser possivel acabar com ellas. A aula em casa do professor é commodo para este em prejuizo do ensino; os misteres domesticos são attendidos em preferencia aos trabalhos do

magistério. (1911, p. 50-51)

Em Sergipe, as informações do General José Siqueira de Menezes (1913) ofereceram um quadro sobre a evolução do sistema de ensino da época. O ensino primário foi organizado por Grupos Escolares e Escolas Singulares. Na capital, encontrava-se em funcionamento um Grupo Escolar Modelo, anexo à Escola Normal, um Grupo Escolar Central e uma escola singular modelo, além de 11 escolas singulares. O Grupo Escolar Modelo anexo à Escola Normal era destinado ao sexo feminino e constava de 4 aulas relativas aos 4 anos. O Grupo Escolar Central era composto de 8 turmas de alunos, quatro para cada sexo e funcionava em dois turnos, manhã e tarde. Nas outras cidades do estado, eram 62 escolas singulares e nas vilas 43, nos povoados somam 98. Na Escola Normal, 116 alunas matriculadas, 71 no primeiro ano, 20 no segundo e 25 no terceiro. No Atheneu, 47 alunos estavam matriculados no curso integral, tendo uma média de 11 alunos em cada turma com exceção do 5º ano (último) que havia apenas 2 matriculados (Mensagem Presidencial do General José Siqueira de Menezes 1913, p. 15-17).

No início da década de 1920, mais quatro grupos escolares estavam em funcionamento na cidade de Aracaju, atendendo alunos e alunas: o Grupo Escolar General Valladão, o Grupo Escolar Barão de Maruim, o Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz e o Grupo Escolar Augusto Ferraz. A modernização da escolarização feminina em Sergipe aconteceu aliada à criação e expansão dos grupos escolares, não apenas na capital como também no interior do Estado.

Considerações Finais

Foi possível apreender que a “formação própria para o seu sexo”, indicada para as meninas e jovens sergipanas, nos colégios particulares, na primeira década do século XX envolvia um processo rico de associação entre escolarização e desenvolvimento de habilidades diversas. Preparadas para cumprir os papéis tradicionais, como boas donas de casa e mães exemplares, os conhecimentos e competências adquiridas também permitiram certo grau de emancipação para as jovens. A preparação para o magistério,

profissão socialmente indicada para as mulheres, neste período, o domínio de técnicas sofisticadas de trabalhos manuais, e a aprendizagem musical, lhes possibilitariam ministrar cursos particulares ou desenvolver prendas para a comercialização.

Carteiras escolares vindas dos Estados Unidos, livros e cartilhas comercializadas pela Livraria Brasileira, a vinda do Prof. Carlos da Silveira, a implantação dos grupos escolares, a defesa da modernização pedagógica e a introdução de novos métodos e formas de ensinar e aprender, estão presentes nas fontes analisadas e indicam mudanças na escolarização feminina sergipana.

Antes, cerceadas no âmbito doméstico, as meninas e jovens sergipanas tinham acesso restrito ao processo de escolarização, na passagem do século XIX para o século XX, interesses republicanos e higienistas valorizam a formação intelectual das mesmas. A preocupação expressa nas mensagens presidenciais com a importação de materiais pedagógicos e com a modernização dos métodos, bem como com a formação de professores e professoras, indiciam novas perspectivas para as mulheres de Sergipe, bem como a expansão do ensino particular.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju 1830-1871. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, n.20. v. XV. p. 96-120, 1949/1951.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Eds.) **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da

Educação, 2010. p. 17-32.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa (1920-1950). São Cristóvão: UFS, 2003a.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas nas primeiras décadas do século XX**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas. Faculdade de Educação, 2003. Campinas: 2003b.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

JORNAL CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, 1906-1908.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Imagens do masculino e do feminino: co-educação e profissão docente no Piauí (1874-1910)** In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p. 95-110.

LOPES, Silvana Fernandes. **A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX: um exame dos “modelos” veiculados pela literatura de ficção**. Dissertação - (Mestrado em...) . Universidade de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na história**. Aracaju: s.n.t., 1994.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence em Campinas, 1863-1889**. Campinas: Área de Publicações Centro de Memória/UNICAMP, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Um itinerário de pesquisa sobre cultura escolar**. In: CUNHA, Marcus Vinicius da (Org.) **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. p.3-27.

Fontes impressas

Documentos Oficiais consultados – Mensagens de Presidente e Governadores de Estado

SERGIPE. Mensagem do Presidente Monsenhor Olímpio Campos. 1900

SERGIPE. Mensagem do Presidente Josino de Menezes. 1903.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Josino de Menezes. 1904.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. 1910.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. 1911.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Siqueira de Menezes. 1913.

SERGIPE. Mensagem do Presidente General Manoel P. de Oliveira Valladão. 1915.

SERGIPE. Mensagem do Presidente General Manoel P. de Oliveira Valladão. 1916.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Coronel Joaquim Pereira Lobo. 1920.

Recebido em: 11/10/2013

Aprovado em: 18/10/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Revista Linhas

Volume 16 - Número 30 - Ano 2015

revistalinhas@gmail.com